



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0000122-47.2012.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos**
 Requerente: **Soraia Vido**
 Requerido: **Fazenda Publica do Estado de São Paulo e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer, proposta por SORAIA VIDO, contra a FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO e BRUNO VIDO DE VICO, visando à internação deste último, que é seu filho, sob o fundamento de que é usuário de maconha, cocaína e “crack”.

Houve a antecipação dos efeitos da tutela, procedendo-se à internação de Bruno.

A requerida apresentou contestação, alegando falta de interesse processual e que não é o caso de internação.

É o relatório.

Passo fundamentar e decidir.

Considerando as manifestações de fls. 185, 188 e 198-verso, é o caso de se reconhecer a carência superveniente, pois o processo atingiu a sua finalidade, que era colocar o requerido Bruno Vido de Vico em condições de obter alta médica, para que pudesse continuar o tratamento em salas de apoio, não se justificando o prosseguimento do feito, pela perda do objeto, já que o bem jurídico tutelado foi alcançado, não existindo mais interesse processual.

Certo é que foi necessária a intervenção judicial inicial. Contudo,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

a superveniência de fato que torne inútil o provimento jurisdicional pelo alcance do resultado almejado enseja o exaurimento da ação, não se justificando um aprofundamento e pronunciamento sobre o mérito, que não produziria resultado prático.

O interesse de agir inicial poderia ter reflexos no ônus da sucumbência, mas a discussão, nesta hipótese, também é irrelevante, tendo em vista que a autora é patrocinada pela Defensoria Pública, havendo incidência da Súmula 421 do STJ.

Ante o exposto, determino a extinção do processo, sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 267, VI do Código de Processo Civil.

P.R.I.C.

São Carlos, 30 de junho de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**